

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

2 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Miguel João Pissoeiro de Freitas*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Nuno Miguel Figueiredo e Silva de Sousa Sequeira Gama.
Data de nascimento: 14 de maio de 1966.

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Florestal — ramo de Produção Florestal, pelo Instituto Superior de Agronomia, 1987/1993.

III — Outras habilitações:

Curso de Especialização em Gestão para Engenheiros, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, 2011;

Curso de Formação em Gestão Pública — FORGEP, pelo ISCTE/ Instituto Universitário de Lisboa, 2017.

IV — Atividade profissional:

Desde setembro de 2014 — Chefe de Divisão de Gestão Florestal, integrada no Departamento de Gestão e Produção Florestal, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;

De fevereiro de 2012 a agosto de 2014 — Coordenador operacional do Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN), na Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRO- DER) e do PRRN;

De fevereiro de 2010 a janeiro de 2012 — Técnico superior, na Autoridade de Gestão do PRODER;

De janeiro de 2009 a janeiro de 2010 — Diretor do Departamento de Controlo, no Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.);

De abril de 2007 a janeiro de 2009 — Diretor Regional Adjunto, na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;

De setembro de 2006 a março de 2007 — Assessor do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

De julho de 2003 a agosto de 2006 — Chefe de Serviço, na Unidade de Incentivos da Direção Regional do Algarve, do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFADAP, I. P.);

De maio de 1996 a junho de 2003 — Técnico superior, no Serviço Regional de Faro do IFADAP, I. P.;

De outubro de 1993 a abril de 1996 — Técnico superior, em regime de prestação de serviços, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, do Instituto de Conservação da Natureza;

De janeiro de 1991 a setembro de 1993 — Colaborador nas equipas de inventário florestal, no Instituto Superior de Agronomia;

De fevereiro de 1992 a fevereiro de 1993 — Estagiário, na Divisão de Defesa e Proteção dos Arvoredos, da Direção Geral das Florestas.

V — Experiência profissional mais relevante:

No âmbito das suas funções exerceu atividades nos domínios do planeamento, gestão e ordenamento florestal, bem como da gestão e execução de diversos fundos europeus de investimento relativos ao desenvolvimento rural, florestal, agrícola e transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais.

Participou na preparação de diversos projetos legislativos na área florestal e relativos a apoios financeiros, entre outros, bem como na conceção de sistemas de informação, documentos de operacionalização e ferramentas informáticas de apoio à análise e acompanhamento dos projetos de investimento.

Possui formação complementar na área de direção, gestão e avaliação de recursos humanos, contratação pública e contabilidade, entre outras.

310896731

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Despacho n.º 10059/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a anuência da Câmara Municipal do Montijo, se procedeu ao abrigo do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, à consolidação definitiva da mobilidade na categoria, no mapa de pessoal deste Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, do técnico superior Hélder Luís Sabino Paiva Coelho, tendo sido celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando o trabalhador posicionado entre a 2.ª e 3.ª posição remuneratória e o nível remuneratório entre 15 e 19, da carreira e categoria de técnico superior, com produção de efeitos a 1 de agosto de 2017.

9 de novembro de 2017. — O Diretor-Geral, *Eduardo Diniz*.

310909001

MAR

Gabinete do Secretário de Estado das Pescas

Despacho n.º 10060/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º e nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo António Duarte de Almeida Pinho, para exercer funções de Adjunto, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2017.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido diploma, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

3 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado das Pescas, *José Apolinário Nunes Portada*.

Nota curricular

António Duarte de Almeida Pinho nasceu a 4 de dezembro de 1951, em São Pedro do Sul, Viseu.

1974 — Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia.

1975-1981 — Técnico Economista da Direção-Geral do Comércio Externo.

1981-1987 — Assessor do Governo, Diretor-Geral da Inspeção dos Contratos de Jogos de Macau e Diretor-Geral da Economia de Macau.

1987-1992 — Chefe de Divisão, Diretor de Serviços e Vice-presidente do Instituto Português de Conservas e Pescado.

1992 — Subdiretor-Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas.

1992 — Presidente do Grupo de Trabalho «Política Interna de Pescas» da UE (1.ª Presidência Portuguesa da UE).

1993-1996 — Subdiretor-Geral da Direção-Geral das Pescas e Aquicultura.

1996-1998 — Administrador Delegado do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

1998-2000 — Presidente do Conselho de Administração da Doca-pesca — Portos e Lotas, S. A.

2000-2006 — Conselheiro Técnico para as Pescas, Florestas e Política Marítima Integrada na Representação de Portugal junto da União Europeia (REPER) em Bruxelas.

2006-2010 — Conselheiro Agrícola na Embaixada de Portugal em Itália e Representante Permanente Ajunto de Portugal junto da FAO/Roma.

2007 — Presidente do Grupo de Trabalho «Coordenação FAO» da UE (3.ª Presidência Portuguesa da UE).

2010-2017 — Conselheiro Técnico para as Pescas, Florestas e Política Marítima Integrada na Representação de Portugal junto da União Europeia (REPER) em Bruxelas.

Publicou o livro «Pescas nacionais: Pedacos de uma década perdida», em 1996, contando com a publicação de inúmeros artigos nos jornais de maior tiragem nacional sobre pescas, jogos e economia.

310898149